ISSN: 2358-8829

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL NO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DE ESTUDANTES SURDOS DA UERN: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS

Francisco Mayccon Passos Costa [1]
Giany Paiva Pedrosa [2]

INTRODUÇÃO

O ingresso e a permanência de estudantes surdos no ensino superior demandam ações de acessibilidade que ultrapassem as atividades de ensino e contemplem também os serviços institucionais de apoio e acompanhamento. Nesse contexto, a acessibilidade comunicacional constitui condição fundamental para que esses estudantes possam utilizar os diferentes serviços oferecidos pela universidade com autonomia e em igualdade de condições.

No Brasil, a Lei nº 10.436/2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão e como sistema linguístico de natureza visual-motora e estrutura gramatical própria (Brasil, 2002). O Decreto nº 5.626/2005 regulamentou esse reconhecimento e estabeleceu medidas relacionadas ao uso e à difusão da Libras e ao atendimento às pessoas surdas (Brasil, 2005). A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, por sua vez, reforça a acessibilidade como condição para o exercício de direitos em igualdade de oportunidades (Brasil, 2015).

As diferenças linguísticas entre pessoas surdas e profissionais ouvintes podem produzir barreiras quando não há condições adequadas de comunicação. Chaveiro, Barbosa e Porto (2008) identificam dificuldades comunicacionais no atendimento de pessoas surdas por profissionais da saúde e destacam a necessidade de estratégias que considerem suas particularidades linguísticas. No campo da Psicologia, estudos recentes também apontam desafios relacionados à formação profissional, ao conhecimento de Libras e à mediação comunicacional no atendimento de pessoas surdas (Santos; Costa, 2026). No acompanhamento psicológico, essas questões assumem especial relevância, pois a comunicação envolve a

[1] Mestre em Educação. Professor da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – UniCatólica. Psicólogo da Diretoria de Ações Inclusiva – DAIN – da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, franciscomayccon@uern.br.
[2] Mestra em Educação Inclusiva. Professora do Centro Estadual de Capacitação de Educadores e Atendimento ao Surdo (CAS), Mossoró - RN. Instrutora de Libras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, gianypedrosa@uern.br.

ISSN: 2358-8829

expressão de experiências, sentimentos e outras questões subjetivas, além de aspectos relacionados à autonomia, privacidade e confidencialidade.

Na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), o acompanhamento psicológico educacional/escolar de estudantes surdos integra as ações desenvolvidas no âmbito da Diretoria de Ações Inclusivas (DAIN). A experiência acumulada nesse serviço possibilita refletir sobre as estratégias utilizadas para favorecer a comunicação, seus limites e as possibilidades de aprimoramento da acessibilidade.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo relatar as estratégias de acessibilidade comunicacional utilizadas no acompanhamento da psicologia educacional/escolar aos estudantes surdos da UERN, bem como refletir sobre os desafios encontrados e as possibilidades de aprimoramento desse serviço. Trata-se de estudo descritivo, de abordagem qualitativa, desenvolvido como relato de experiência a partir de aproximadamente seis anos de atuação profissional. A experiência evidencia que diferentes recursos podem ser necessários conforme as condições e preferências linguísticas dos estudantes, apontando para a importância da flexibilidade e da formação dos profissionais.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como estudo descritivo, de abordagem qualitativa, desenvolvido na modalidade de relato de experiência. A sistematização parte das vivências profissionais relacionadas ao acompanhamento psicológico educacional/escolar de estudantes surdos da UERN, realizado no âmbito da DAIN. O relato de experiência possibilita tomar a prática profissional como objeto de reflexão e sistematização, articulando as situações vivenciadas às discussões teóricas relacionadas à acessibilidade comunicacional (Daltro; Faria, 2019).

A experiência compreende aproximadamente seis anos de acompanhamento psicológico educacional de estudantes surdos vinculados à instituição. Os acompanhamentos são realizados conforme o interesse e as necessidades apresentadas por cada estudante, podendo ocorrer semanalmente ou diante de situações específicas. A análise concentrou-se nas estratégias comunicacionais empregadas, especialmente na comunicação direta entre psicólogo e estudante surdo, no uso da comunicação escrita e na participação de tradutores e intérpretes de Libras quando necessária e autorizada pelo estudante.

Foram consideradas ainda as implicações dessas estratégias para a expressão de experiências subjetivas, a autonomia e a confidencialidade. Não são apresentados relatos

ISSN: 2358-8829

individuais, transcrições de acompanhamentos ou informações que permitam identificar os estudantes, uma vez que a discussão se concentra nas situações recorrentes observadas ao longo da atuação profissional e nas possibilidades e limites das estratégias de acessibilidade utilizadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre acessibilidade comunicacional no acompanhamento psicológico de estudantes surdos parte do reconhecimento da surdez em sua dimensão linguística e sociocultural. Nessa perspectiva, a diferença entre pessoas surdas e ouvintes não pode ser compreendida exclusivamente a partir da condição auditiva, pois envolve experiências linguísticas e formas distintas de comunicação e participação social. A Libras ocupa, nesse contexto, lugar central na experiência de muitos sujeitos surdos e possui reconhecimento legal como língua de natureza visual-motora e estrutura gramatical própria (Brasil, 2002).

Esse reconhecimento linguístico relaciona-se à compreensão da acessibilidade como condição para o exercício de direitos em igualdade de oportunidades, conforme estabelecido pela Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015). No âmbito universitário, isso significa considerar não somente as atividades acadêmicas, mas também as condições de acesso aos diferentes serviços oferecidos pela instituição.

As barreiras comunicacionais tornam-se particularmente relevantes em serviços nos quais a comunicação ocupa posição central na relação entre profissional e usuário. Chaveiro, Barbosa e Porto (2008) identificam dificuldades na interação entre profissionais da saúde e pessoas surdas e apontam a necessidade de estratégias que favoreçam a comunicação. No campo da Psicologia, Santos e Costa (2026) também identificaram barreiras relacionadas à formação dos profissionais e ao conhecimento de Libras, indicando que a preparação para o atendimento de pessoas surdas ainda constitui um desafio. No acompanhamento psicológico, essa questão assume especificidade, pois envolve a expressão de experiências subjetivas e exige considerar não apenas a existência de comunicação, mas as condições em que ela ocorre.

Nesse contexto, conhecimentos de Libras pelo profissional, comunicação escrita e participação de tradutores e intérpretes podem constituir diferentes possibilidades de acesso. Nenhuma dessas estratégias, entretanto, deve ser pressuposta como adequada a todos os estudantes e situações. A diversidade linguística existente entre as pessoas surdas requer que as condições de atendimento sejam construídas considerando as características e preferências comunicacionais de cada sujeito. A acessibilidade comunicacional demanda, portanto, atenção

ISSN: 2358-8829

às condições concretas da interação e a aspectos como autonomia, privacidade e confidencialidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência desenvolvida no acompanhamento psicológico educacional/escolar de estudantes surdos da UERN evidenciou que a acessibilidade comunicacional não se concretiza por meio de uma estratégia única. Ao longo do período considerado, foram utilizados diferentes recursos de acordo com as necessidades apresentadas, destacando-se os conhecimentos básicos de Libras pelo psicólogo, a comunicação escrita e, quando necessária e autorizada pelo estudante, a participação de tradutores e intérpretes de Libras.

Os conhecimentos de Libras do psicólogo favoreceram a comunicação direta com os estudantes surdos, reduzindo, em determinadas situações, a dependência de uma terceira pessoa. Entretanto, por se tratar de conhecimentos básicos da língua, é necessário reconhecer seus limites. O domínio de vocabulário e estruturas elementares não equivale à fluência necessária para compreender todas as nuances de uma comunicação que pode envolver sentimentos, experiências e situações complexas.

Essa questão assume particular importância no acompanhamento psicológico, no qual a comunicação não se restringe à transmissão de informações objetivas. O estudante precisa dispor de condições para expressar aquilo que deseja comunicar e compreender adequadamente as intervenções do profissional. As barreiras decorrentes das diferenças linguísticas entre profissionais ouvintes e pessoas surdas também são identificadas por Chaveiro, Barbosa e Porto (2008) no atendimento em saúde.

A comunicação escrita constituiu outro recurso utilizado. Em determinadas situações, o português escrito possibilitou complementar a interação entre profissional e estudante; entretanto, também apresentou limitações, especialmente diante da expressão de experiências subjetivas. A escrita mostrou-se, portanto, uma possibilidade, mas não uma solução aplicável indistintamente a todos os estudantes, considerando a diversidade de suas trajetórias e preferências linguísticas. A acessibilidade requer que o recurso empregado ofereça condições efetivas de compreensão, expressão e participação com autonomia, em consonância com os princípios estabelecidos pela Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015).

Quando a comunicação direta não se mostrava suficiente, a participação de tradutores e intérpretes de Libras constituiu outra possibilidade para viabilizar o acompanhamento, mediante necessidade e autorização do estudante. Esse aspecto coloca o sujeito surdo como

ISSN: 2358-8829

participante das decisões sobre as condições comunicacionais de seu acompanhamento, evitando que a presença do intérprete seja tomada como procedimento automático.

Embora a mediação do intérprete possa ampliar as possibilidades de comunicação, sua presença introduz um terceiro participante em um espaço no qual são abordadas questões pessoais e subjetivas, suscitando reflexões sobre privacidade, confidencialidade e conforto do estudante para se expressar. Questões semelhantes foram identificadas por Santos e Costa (2026), cujos resultados apontam que a utilização de intérpretes pode produzir desafios relacionados ao conforto, à confiança e à comunicação direta entre profissional e pessoa surda. A mediação, portanto, não deve ser compreendida apenas como solução para uma barreira linguística, mas como recurso cuja utilização precisa considerar as necessidades comunicacionais, as características do acompanhamento e a escolha do próprio estudante.

A experiência evidencia, por fim, a importância da formação dos profissionais e da construção flexível das condições de acessibilidade. Santos e Costa (2026) identificaram lacunas na formação dos profissionais de Psicologia participantes de seu estudo para o atendimento de pessoas surdas, cujos conhecimentos de Libras estavam relacionados principalmente a disciplinas optativas ou cursos livres. No contexto aqui relatado, ampliar os conhecimentos de Libras e das especificidades linguísticas da comunidade surda pode favorecer a comunicação direta entre profissional e estudante, enquanto outros recursos permanecem necessários em situações específicas. Mais do que estabelecer uma forma única de acompanhamento, a experiência aponta para a combinação de estratégias quando pertinente e para a participação do estudante na definição das condições comunicacionais de seu acompanhamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada evidencia que a acessibilidade comunicacional no acompanhamento psicológico de estudantes surdos requer estratégias ajustadas às condições e preferências linguísticas de cada estudante. Os conhecimentos básicos de Libras pelo psicólogo, a comunicação escrita e a participação de tradutores e intérpretes apresentam possibilidades e limites distintos, especialmente diante da necessidade de expressão de experiências subjetivas, da comunicação direta e das questões relacionadas à privacidade e à confidencialidade.

Os resultados apontam para a importância de investir na formação dos profissionais que atuam junto à comunidade surda, particularmente na ampliação dos conhecimentos de Libras e das especificidades linguísticas desse público. Esse investimento pode favorecer maior

comunicação direta entre profissional e estudante, sem excluir outros recursos de acessibilidade quando necessários e escolhidos pelo próprio estudante.

Conclui-se que a construção de um acompanhamento psicológico educacional acessível demanda flexibilidade, respeito às escolhas linguísticas e reconhecimento da diversidade dos estudantes surdos. A sistematização da experiência da DAIN/UERN pode contribuir para a reflexão sobre práticas de acessibilidade em outros contextos universitários e para novas discussões acerca do acompanhamento psicológico educacional de pessoas surdas no ensino superior.

Palavras-chave: Acessibilidade comunicacional; Estudantes surdos; Atendimento psicológico; Libras; Ensino superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF: Presidência da República, 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves; PORTO, Celmo Celeno. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 578–583, 2008. DOI: 10.1590/S0080-62342008000300023.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223–237, 2019. DOI: 10.12957/epp.2019.43015.

SANTOS, Giovana de Castro dos; COSTA, José Raimundo Evangelista da. Acessibilidade terapêutica: os desafios do paciente surdo no atendimento psicológico. **RECINTER21 – Revista Científica Interdisciplinar**, v. 3, n. 1, 2026. DOI: 10.65060/recinter21.v3i1.42.